

SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO	31
1.1 Noções Introdutórias de Direito Administrativo Disciplinar	33
1.1.1 Direito Natural	33
1.1.2 Direito Positivo	33
1.1.3 Direito Público	34
1.1.4 Direito Privado.....	35
1.1.5 Direito Objetivo	35
1.1.6 Direito Subjetivo.....	36
1.1.7 Direito Subjetivo Abstrato	36
1.1.8 Direito Subjetivo Concreto	37
1.1.9 Direito Material.....	37
1.1.10 Direito Processual	37
1.1.11 Direito Administrativo	38
1.1.12 Direito Administrativo Objetivo	39
1.1.13 Direito Administrativo Subjetivo.....	39
1.1.14 Direito Administrativo Subjetivo Abstrato	39
1.1.15 Direito Administrativo Subjetivo Concreto	40
1.1.16 Direito Administrativo Material.....	40
1.1.17 Direito Administrativo Processual	40
1.1.18 Direito Administrativo Disciplinar	41
1.1.19 Direito Administrativo Disciplinar Público	41
1.1.20 Direito Administrativo Disciplinar Privado	42
1.1.21 Direito Administrativo Disciplinar Objetivo	43
1.1.22 Direito Administrativo Disciplinar Subjetivo	44
1.1.23 Direito Administrativo Disciplinar Subjetivo Abstrato	44
1.1.24 Direito Administrativo Disciplinar Subjetivo Concreto.....	44
1.1.25 Direito Administrativo Disciplinar Material.....	45
1.1.26 Direito Administrativo Disciplinar Processual	45
1.2 A Autonomia Didática do Direito Administrativo Disciplinar	45



1.3	Por que Estudar o Direito Administrativo Disciplinar?.....	46
1.4	Posição Epistemológica do Direito Administrativo Disciplinar.....	47
1.5	O Direito Administrativo Disciplinar como Ramo do Direito Sancionador Geral.....	47
1.6	Considerações Históricas e Atuais de Direito Administrativo Disciplinar nas Constituições Brasileiras	48
1.7	A Fragmentariedade do Direito Administrativo e os Procedimentos Disciplinares.....	56
Capítulo 2 – FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....		63
2.1	Classificação	63
2.2	Fontes Formais Imediatas.....	66
2.2.1	Constituição Federal	66
2.2.2	Lei Complementar	66
2.2.3	Lei Ordinária.....	66
2.2.4	Lei Delegada	67
2.2.5	Medida Provisória.....	67
2.2.6	Decreto Autônomo.....	68
2.2.7	Súmula Vinculante.....	68
2.2.8	Parecer Vinculante da Administração Pública.....	69
2.3	Fontes Formais Mediatas	69
2.3.1	Costumes.....	69
2.3.1.1	Praxe administrativa	70
2.3.2	Princípios Gerais do Direito.....	70
2.3.3	Decreto Regulamentar.....	71
2.3.4	Instruções Ministeriais, Instruções Normativas, Orientações Normativas, Ordens de Serviço e Portarias Normativas	71
2.3.5	Parecer não Vinculante da Administração Pública	71
2.3.6	Formulação do DASP	72
2.4	O Direito Sancionador Geral e a Anomia Legislativa.....	73
Capítulo 3 – INTERPRETAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA		81
3.1	Espécies de Interpretação Normativa	82
3.1.1	Quanto aos Sujeitos.....	82
3.1.2	Quanto aos Meios Empregados.....	83
3.1.3	Quanto aos Resultados	84
3.2	Elementos de Interpretação Normativa	84
3.3	A Interpretação do Texto Constitucional Efetivada pela Administração Pública	85
3.4	A Noção de Interpretação do Texto Constitucional pela Administração Pública	87

3.5	A Noção de Integração do Texto Constitucional pela Administração Pública.....	92
3.6	A Noção de Construção Interpretativa do Texto Constitucional pela Administração Pública	94
3.7	A Interpretação Administrativa e a Inconstitucionalidade de Leis e Atos Administrativos	97
Capítulo 4 – PRINCÍPIOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....		103
4.1	Princípios Constitucionais.....	104
4.1.1	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	104
4.1.2	Princípio do Devido Processo Legal	105
4.1.2.1	Devido processo legal formal.....	107
4.1.2.2	Devido processo legal substantivo	108
4.1.3	Princípios da Razoável Duração do Processo e da Celeridade Processual	109
4.1.4	Princípio do Contraditório	111
4.1.5	Princípio da Ampla Defesa	111
4.1.6	Princípio da Legalidade	113
4.1.6.1	Não há ilícito sem lei anterior que o defina.....	115
4.1.6.1.1	Princípio da irretroatividade da lei disciplinar mais severa	116
4.1.6.1.2	Princípio da retroatividade da lei disciplinar mais benigna.....	116
4.1.6.2	Não há ilícito sem lei escrita que o defina.....	117
4.1.6.3	Não há ilícito sem lei estrita que o defina	117
4.1.6.4	Não há ilícito sem lei certa que o defina	117
4.1.6.5	Não há ilícito sem lei necessária que o defina.....	118
4.1.7	Princípio da Impessoalidade	118
4.1.8	Princípio da Moralidade.....	119
4.1.9	Princípio da Publicidade	120
4.1.10	Princípio da Eficiência	122
4.1.11	Princípio do Estado de Inocência ou da Presunção de Não Culpabilidade	122
4.1.12	Princípio da Intranscendência da Imputação.....	123
4.1.13	Princípio da Intranscendência da Sanção	124
4.1.14	Princípio da Intranscendência da Ação.....	124
4.1.15	Princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário.....	125
4.1.16	Princípio da Proibição de Tribunal de Exceção	125
4.2	Princípios Legais e Princípios Implícitos.....	126
4.2.1	Princípio da Responsabilização do Servidor Infrator.....	127

4.2.2	Princípio da Independência Relativa das Instâncias Penal e Administrativa.....	128
4.2.3	Princípio da Verdade Real	130
4.2.4	Princípio da Verdade Formal	132
4.2.5	Princípio do <i>In Dubio Pro Reo</i>	132
4.2.6	Princípio do <i>In Dubio Pro Societate</i>	134
4.2.7	Princípio da Imediatidade da Apuração	134
4.2.8	Princípio da Imediatidade da Aplicação da Sanção	136
4.2.9	Princípio da Transparência na Apuração Disciplinar ou Princípio da Imputação Certa.....	138
4.2.10	Princípio da Motivação	140
4.2.11	Princípio do <i>Ne Bis In Idem</i>	141
4.2.12	Princípio da Atipicidade.....	143
4.2.13	Princípio da Tipicidade ou da Taxatividade.....	144
4.2.13.1	Princípio da taxatividade material	146
4.2.13.2	Princípio da taxatividade formal.....	146
4.2.14	Princípio da Imputação Subjetiva	147
4.2.15	Princípio da Imputação Pessoal (Culpabilidade).....	148
4.2.16	Princípio da Proporcionalidade	148
4.2.17	Princípio da Razoabilidade	149
4.2.18	Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado ...	150
4.2.19	Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	152
4.2.20	Princípio da Insignificância ou Bagatela.....	153
4.2.21	Princípio da Alteridade ou da Transcendência do Bem Jurídico Afetado.....	153
4.2.22	Princípio da Ofensividade.....	154
4.2.23	Princípio da Exclusiva Proteção de Bens Jurídicos.....	154
4.2.24	Princípio da Segurança Jurídica	155
4.2.25	Princípio do Dever de Convalidação dos Atos Administrativos..	155
4.2.26	Princípio da Oficialidade	156
4.2.26.1	Princípio da autoritariedade.....	157
4.2.26.1.1	Princípio da autoridade natural.....	157
4.2.26.1.2	Princípio da autoridade instauradora natural	159
4.2.26.1.3	Princípio da autoridade instrutora natural	159
4.2.26.1.4	Princípio do colegiado.....	160
4.2.26.1.5	Princípio da autonomia do colegiado	161
4.2.26.1.6	Princípio da identidade física do colegiado disciplinar na instrução e no interrogatório do acusado.....	162
4.2.26.1.7	Princípio da autoridade julgadora natural.....	162
4.2.26.1.8	Princípio da identidade física da autoridade julgadora.....	164

4.2.27	Princípio da Correlação ou da Vedação do Julgamento <i>Citra Petita, Infra Petita</i> ou <i>Extra Petita</i>	164
4.2.28	Princípio da Oficiosidade (Obrigatoriedade)	165
4.2.29	Princípio da Imputação Deôntica Certa ou Determinada	165
4.2.30	Princípio da Coisa Julgada Administrativa	166
4.2.31	Princípio do Formalismo Moderado	166
4.2.32	Princípio da Indisponibilidade da Apuração Disciplinar	168
4.2.33	Princípio da Indivisibilidade da Apuração Disciplinar	169
4.2.34	Princípio da Relativa Suficiência da Apuração Disciplinar	170
4.2.35	Princípio da Gratuidade da Apuração Disciplinar	179
4.2.36	Princípio da Dupla Direcionalidade da Apuração Disciplinar Investigativa	179
4.2.37	Princípio da Dupla Direcionalidade das Provas Periciais	183
4.2.38	Princípio <i>Nemo Tenetur se Detegere</i>	183
4.2.39	Princípio da Persuasão Racional da Autoridade Julgadora	183
4.2.40	Princípio da Reserva Legal	184
4.2.41	Princípio da Reserva Constitucional	185
4.2.42	Princípio da Reserva de Jurisdição ou da Primazia do Judiciário ..	185
4.2.43	Princípio do Prejuízo	189
4.2.44	Princípio da Atuação Conforme a Lei e o Direito	189
4.2.45	Princípio da Igualdade Instrumental	190
4.2.46	Princípio da Economia Processual	191
Capítulo 5 – O ILÍCITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SUA CLASSIFICAÇÃO		197
5.1	Noções Gerais, Conceito e Distinção	197
5.2	Classificação dos Ilícitos Administrativos Disciplinares Quanto ao Resultado	201
5.2.1	Quanto ao Resultado Naturalístico	202
5.2.2	Quanto ao Resultado Jurídico	202
5.3	Espécies de Sanção Disciplinar	204
5.4	Classificação dos Ilícitos de Direito Administrativo Disciplinar Quanto ao Grau da Lesão à Administração ou aos seus Fins	206
Capítulo 6 – A TEORIA GERAL DO ATO ADMINISTRATIVO APLICADA AO PROCESSO DISCIPLINAR		213
6.1	O Ato Administrativo como Instrumento da Administração	213
Capítulo 7 – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		221
7.1	As Espécies de Sindicância Administrativa Disciplinar	224
7.1.1	Sindicância Investigativa, Inquisitorial ou Verificatória	226



7.1.2	Sindicância Conectiva, Intermediária ou de Ligação	227
7.1.3	Sindicância Punitiva ou Contraditorial	228
7.1.4	Sindicância Patrimonial	231
7.2	O Processo Administrativo Disciplinar	232
7.2.1	Atores Processuais	235
7.2.1.1	Denunciante (representante)	235
7.2.1.2	Notícia de infração disciplinar	235
7.2.1.3	Notícia anônima	235
7.2.1.4	Sujeito prejudicado	237
7.2.1.5	Vítima	238
7.2.1.6	Informante	238
7.2.1.7	Testemunhas internas (<i>intrañei</i>)	238
7.2.1.8	Testemunhas externas (<i>extranei</i>)	238
7.2.1.9	Defensor constituído	239
7.2.1.10	Defensor nomeado (<i>ad hoc</i>)	239
7.2.1.11	Defensor nomeado (dativo)	240
7.2.1.12	Partes processuais	240
7.2.1.12.1	Administração Pública	241
7.2.1.12.2	Autoridade instauradora	242
7.2.1.12.3	Autoridade instrutora	242
7.2.1.12.4	Autoridade julgadora	243
7.2.1.12.5	Agente sindicante	243
7.2.1.12.6	Comissão de disciplina	243
7.2.1.12.7	Servidor acusado	245
7.2.1.12.8	Servidor sindicado	246
7.2.1.12.9	Servidor indiciado	246
7.2.1.13	Junta médica	246
7.2.1.14	Peritos	247
7.2.2	Pressupostos Processuais Disciplinares	247
7.2.2.1	Requisitos de existência do processo administrativo disciplinar	249
7.2.2.2	Requisitos de validade do processo administrativo disciplinar ..	251
7.2.2.3	Requisitos de desenvolvimento regular do processo administrativo disciplinar	254
7.2.3	A Ação (Dever-Poder) Disciplinar	255
7.2.4	Condições da Ação Disciplinar ou do Dever-Poder Disciplinar ..	256
7.2.4.1	Legitimidade ativa <i>ad causam</i>	258
7.2.4.2	Legitimidade passiva <i>ad causam</i>	260
7.2.4.2.1	A relação especial de sujeição do servidor público e os direitos fundamentais	261
7.2.4.2.2	Relação de Direito Material	264

7.2.4.2.3	Análise conceitual do regime e da relação jurídico-disciplinar	266
7.2.4.2.4	Formação da relação processual entre administração e agente público	268
7.2.4.2.5	Relação jurídica estatutária, requisito de imputabilidade do servidor público, condição de culpabilidade, e não condição de punibilidade.....	286
7.2.4.3	Possibilidade jurídica do ato administrativo sancionador	292
7.2.4.4	Interesse de agir.....	294
7.2.5	Elementos da Ação Disciplinar	295
7.2.6	Fases Procedimentais	296
7.2.6.1	Fase de instauração.....	297
7.2.6.1.1	Termo de ajustamento de conduta – renúncia da Administração Pública ao exercício do direito de ação disciplinar.....	302
7.2.6.2	Fase de inquérito administrativo	302
7.2.6.2.1	Fase instrutória	302
7.2.6.2.1.1	Ata de instalação da comissão e início dos trabalhos...	303
7.2.6.2.1.2	Ato de notificação do acusado	304
7.2.6.2.1.3	Atas de reunião e deliberação	305
7.2.6.2.1.4	Ato de ciência e conhecimento dos direitos e garantias, das diligências e das oitivas	306
7.2.6.2.1.5	Provas.....	306
7.2.6.2.1.6	Elementos de prova ilegal.....	307
7.2.6.2.1.7	Elementos de prova ilícitos	310
7.2.6.2.1.8	Elementos de prova ilegítimos	310
7.2.6.2.1.9	Elementos de prova pessoais.....	311
7.2.6.2.1.10	Declarações do denunciante.....	311
7.2.6.2.1.11	Declarações da vítima	311
7.2.6.2.1.12	Testemunhas	311
7.2.6.2.1.13	Testemunhas de acusação	313
7.2.6.2.1.14	Testemunhas de defesa.....	313
7.2.6.2.1.15	Testemunhas do colegiado	313
7.2.6.2.1.16	Informante.....	314
7.2.6.2.1.17	Elementos de prova periciais	314
7.2.6.2.1.18	Elementos de prova documentais.....	314
7.2.6.2.1.19	Elementos de prova emprestados	314
7.2.6.2.1.20	Documentos bancários e quebra de sigilo	317
7.2.6.2.1.21	Documentos fiscais e quebra de sigilo	322
7.2.6.2.1.22	Documentos em poder de empresas operadoras telefônicas e quebra de sigilo	324
7.2.6.2.1.23	Interceptação das comunicações telefônicas	324



7.2.6.2.1.24	Escuta ambiente	326
7.2.6.2.1.25	Documentos telemáticos e quebra de sigilo	327
7.2.6.2.1.26	Procedimentos incidentes.....	327
7.2.6.2.1.26.1	Uso de documento falso	327
7.2.6.2.1.26.2	Insanidade mental do acusado	328
7.2.6.2.1.27	Afastamento do acusado para tratamento de saúde....	330
7.2.6.2.1.28	Afastamento de membro do colegiado.....	331
7.2.6.2.1.29	Impedimento e suspeição da parte autora (membro do colegiado e autoridades julgadora ou instauradora).....	331
7.2.6.2.1.30	Questões prejudiciais	332
7.2.6.2.1.30.1	Interrupção, suspensão e sobrestamento do processo administrativo disciplinar.....	333
7.2.6.2.1.31	Ato de interrogatório do acusado	334
7.2.6.2.1.32	Ato de indiciamento do acusado	336
7.2.6.2.2	Defesa.....	337
7.2.6.2.3	Relatório processual conclusivo.....	340
7.2.6.2.4	Julgamento do processo	342
7.2.6.2.4.1	<i>Emendatio libelli</i>	345
7.2.6.2.4.2	<i>Mutatio libelli</i>	346
7.2.6.2.4.3	Aplicação e execução das sanções disciplinares	346
7.2.6.2.4.4	Natureza jurídica específica do ato punitivo	349
7.2.6.2.5	Recursos	351
7.2.6.2.6	Prescrição da pretensão punitiva (apuratória) e executória da sanção disciplinar.....	352
 Capítulo 8 – O PRINCÍPIO DA ESTRITA LEGALIDADE E A TAXATIVIDADE DO ILÍCITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....		
8.1	As Cláusulas Gerais Constitucionais.....	377
8.1.1	A Transposição de Teorias de Direito Penal para o Direito Administrativo	377
8.1.2	A Interpretação Construtiva/Evolutiva do Texto Constitucional e o Devido Processo Legal Substantivo como Cláusula de Abertura Constitucional.....	383
8.2	As Vertentes da Jurisprudência e da Doutrina Nacional e Estrangeira e os Princípios que Infirmam a Atipicidade da Infração Administrativa Disciplinar	399
 Capítulo 9 – QUESTÕES CONTROVERTIDAS QUE ENVOLVEM OS PROCEDIMENTOS PERSECUTÓRIOS A CARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		
9.1	<i>In Dubio Pro</i> Interesse Público	439

9.2	O Dever de Convalidação do Ato Administrativo pela Administração Pública.....	441
9.3	A Dosimetria da Sanção Administrativa e a Imputação Deontica.....	450
9.4	Tipos Disciplinares Abertos, os Limites das Sanções e o Modal Deontico.....	466
9.5	O Princípio da Insignificância do Ilícito Administrativo Disciplinar....	468
9.6	A Especial Observância da Legalidade Estrita nos Tipos Culposos e seus Reflexos no Direito Administrativo Disciplinar.....	473
9.6.1	O Princípio da Legalidade e suas Implicações no Tipo Ilícito de Direito Administrativo Disciplinar	474
9.6.2	Breves Noções sobre a Prescrição Proibitiva Disciplinar e Distinção entre Tipos Administrativos Disciplinares Indeterminados, Tipos Compostos por Elementos Normativos e Norma Disciplinar em Branco	475
9.6.3	O Tipo Culposo como Descrição Fechada.....	483
9.6.4	O Tipo Doloso como Paradigma Interpretativo ao Tipo Culposo Homogêneo.....	484
9.7	Efeitos Jurídicos Decorrentes do Princípio da Taxatividade do Tipo Disciplinar.....	488
9.7.1	Conceito Analítico Tripartite e Proposta de Diferenciação entre Ilícito Penal e Ilícito Administrativo Disciplinar	488
9.7.1.1	A teoria da ação no Direito Administrativo Disciplinar	490
9.7.1.2	Proposta de distinção entre os ilícitos penal e disciplinar	498
9.7.2	Imputação Subjetiva da Infração Disciplinar	503
9.7.2.1	O dolo e a culpa nos ilícitos administrativos disciplinares.....	503
9.7.2.2	A imputação subjetiva no Direito Disciplinar Positivo	507
9.7.3	A Tentativa de Infração Disciplinar.....	512
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		513
REFERÊNCIAS		519
ÍNDICE ALFABÉTICO		527

